

A Intervenção Cubana em Angola Revisitada

Sérgio Vieira da Silva*

Resumo

Documentos entretanto desclassificados nos arquivos cubanos e russos permitem um novo olhar sobre a intervenção cubana em Angola. Esta não só não foi decidida autonomamente pelos cubanos, como teve, evidentemente o beneplácito soviético. Porém, essa mesma operação político-militar não foi produto das circunstâncias, antes se enquadrando nas tradicionais linhas orientadoras da política externa do regime castrista.

Palavras-chave: Cuba, Angola, União Soviética, intervenção, «Estado satélite», «Estado retransmissor»

Abstract

Declassified documents released by Cuban and Russian archives allow a new look at the Cuban intervention in Angola. Not only the intervention was not decided autonomously by the Cubans, but it was evidently supported by the Soviet Union. However, the political-military operation was not a product of circumstances, rather integrating the traditional guiding lines of the foreign policy of the Castrist regime.

Keywords: Cuba, Angola, Soviet Union, intervention, «satellite state», «proxy state»

* Professor Auxiliar do Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais da ULHT. Diretor do Instituto de Estudos de Segurança. Diretor do 1º ciclo em Estudos de Segurança

1. Cuba em Angola: «Estado Satélite» ou «Estado Retransmissor»?

A amplitude do envolvimento militar cubano em Angola em 1975 deu azo a numerosas especulações e interpretações. Para uns, tratou-se de uma empresa que, conduzida por conta da União Soviética, confirmava a «satelização» definitiva de Cuba. O presidente norte-americano Gerald Ford e o secretário de Estado Henry Kissinger, por exemplo, consideravam os cubanos como «mercenários» da União Soviética (Gleijeses, 1996: 12), uma opinião partilhada pelo diretor da Central Intelligence Agency (CIA), Stansfield Turner (Gleijeses, 1996: 17). O presidente Jimmy Carter, por sua vez, referia-se a Fidel Castro como a «marioneta soviética», enquanto Zbigniew Brzezinski, conselheiro presidencial para os assuntos de segurança nacional e diretor do National Security Council, falava de «forças militares por procuração» (Gleijeses, 1996: 17). No mesmo sentido se manifestaram os chineses, para quem os soldados cubanos eram meros mercenários a soldo da URSS (Lévesque, 1978: 429).

Para outros, tratou-se, pelo contrário, de uma decisão da exclusiva responsabilidade do próprio Estado cubano. Foi a opinião expressa por Vasily Kuznetsov, então ministro-adjunto dos Negócios Estrangeiros soviético, afirmando que «Castro poderia estar a fazer o seu próprio jogo ao enviar cerca de 20.000 militares para Angola» e que «a ideia de uma operação militar em grande escala tivera a sua origem em Havana e não em Moscovo» (Shevchenko, 1985: 354). O embaixador soviético nos Estados Unidos Anatoly Dobrynin assegurava, por sua vez, que os cubanos tinham enviado as suas tropas para Angola «por sua própria iniciativa e sem nos consultar» (Gleijeses, 1996: 12-13). Enfim, coube ao próprio Fidel Castro afirmar, em abril de 1976, que a URSS «(...) nunca solicitou o envio de um só cubano para esse país [Angola]. A URSS é extraordinariamente respeitosa e cuidadosa nas suas relações com Cuba. Uma decisão dessa natureza só o nosso Partido a podia tomar». Em conformidade, o líder cubano acusou Ford e Kissinger de mentirem «ao povo norte-americano e à opinião mundial quando pretendem responsabilizar a União Soviética pelas ações solidárias de Cuba em Angola» (Castro, 1976b).

Porém, a referência comum de todos aqueles que sustentaram a tese da iniciativa cubana foi, em geral, um célebre artigo de Gabriel

García Márquez, datado de janeiro de 1977, onde o romancista colombiano afirma que a decisão de intervir em Angola foi tomada em 5 de novembro de 1975 pelos próprios dirigentes cubanos. «Ao contrário do que tanto se disse» – afirma o autor –, «foi um ato independente e soberano de Cuba, e foi depois e não antes de o decidir que se fez a correspondente notificação à União Soviética» (García Márquez, 1977). Refira-se, contudo, que a narrativa de García Márquez não é isenta de críticas: por um lado, a exatidão das datas e a precisão dos detalhes impressiona tanto mais quanto o autor não foi nem ator nem testemunha direta dos acontecimentos; por outro, o artigo foi publicado no *Boletín Tricontinental*, impresso em Cuba. Estes factos lesam à partida seriamente a credibilidade do artigo, cujo conteúdo, sendo indiscutivelmente de inspiração oficial, traduz, por essa mesma razão, a versão «semioficial» dos acontecimentos (Porter, 1988: 165).

Para outros observadores, enfim, Cuba terá forçado a mão dos soviéticos ao enviar forças militares sem consultar previamente o Kremlin. Colocado numa posição difícil, este dispunha de duas opções: ou recusar fornecer armas e apoio logístico a Cuba mas expor-se à humilhação de parecer fraco e incapaz; ou apoiar o facto consumado e correr o risco de prejudicar seriamente as relações com os Estados Unidos. Atendendo aos contornos da situação, conclui Gillian Gunn (1992: 48-49): «Deixados à sua própria iniciativa, os soviéticos provavelmente teriam sido muito mais prudentes em Angola; quando a questão foi forçada pelos cubanos, eles escolheram a intervenção em vez da concessão». Esta interpretação dos acontecimentos perde, todavia, grande parte da sua razoabilidade se atendermos ao estado das relações sovieto-cubanas em 1975, cuja análise revela a mais profunda improbabilidade dos dirigentes cubanos não terem consultado os seus «parceiros-patrões» soviéticos antes de se lançarem na guerra civil angolana (Kempton, 1989: 45; Lévesque, 1978: 430). Por outro lado, é incontestável que a União Soviética não terá ficado à espera das sugestões cubanas para entrever as oportunidades que a «Revolução dos Cravos» e a derrocada do império colonial português ofereciam em Angola (D'Encausse, 1986: 54). Bem pelo contrário, o Kremlin já dispusera os seus peões no tabuleiro: garantira ele próprio os favores das novas autoridades de Lisboa, Cuba pusera-se ao lado do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a «independente» Roménia oferecera ajuda militar à Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). A União Nacional para

a Independência Total de Angola (UNITA), enfim, sendo militarmente débil, não pesaria numa eventual solução não negociada da independência (veja-se Silva, 2013: 87-89).

1.1. A Versão «Semioficial»

Passemos agora em revista, em traços largos, a versão «semioficial» da intervenção cubana em Angola, que se deve sobretudo à pluma de García Márquez. A elucidação da questão exige, ainda assim, que nos percamos em alguns detalhes.

Em maio de 1975, atendendo às condições no terreno e aos laços históricos entre o MPLA e o regime de Havana, Agostinho Neto encontrou-se em Brazzaville com o comandante Flavio Bravo, vice-primeiro-ministro cubano. O líder angolano solicitou a ajuda cubana, sem contudo entrar em detalhes sobre o que pretendia. Esse facto terá motivado os cubanos a não tomar de imediato nenhuma medida em concreto. No entanto, «o comandante Raúl Díaz Argüelles viajou três meses depois para Luanda, à frente de uma delegação civil de cubanos, e Agostinho Neto foi então mais preciso (...): solicitou o envio de um grupo de instrutores para fundar e dirigir quatro centros de treino militar» (García Márquez, 1977).

Raúl Díaz Argüelles confirma que três navios partiram de Havana em 16 e 20 de setembro. O *Vietnam Heroico* e o *Coral Island* acostaram a uma praia perto de Porto Amboim (Angola) em 5 e 8 de outubro respetivamente, enquanto o *La Plata* chegou a Pointe Noire (Congo-Brazzaville) a 11 (Gleijeses, 1996: 9), todos eles transportando equipamento militar destinado aos quatro Campos de Instrução Revolucionária (CIR) a estabelecer em Angola a pedido do MPLA. Tratava-se, segundo García Márquez (1977), de «um contingente de 480 especialistas que, num prazo de 6 meses, deviam instalar quatro centros de treino e organizar 16 batalhões de infantaria, bem como 25 baterias de morteiro e metralhadoras antiaéreas. Como complemento, enviaram uma brigada de médicos, 115 veículos e uma equipa ajustada de comunicações. Aquele primeiro contingente» organizou imediatamente após a sua chegada quatro campos, em Salazar (Ndalatando), Benguela, Henrique de Carvalho (Saurimo) e Cabinda, respetivamente.

Entretanto, a «agressão imperialista» aumentava de intensidade. García Márquez (1977) observa a este respeito que «as tropas

regulares do Zaire, bem treinadas e abastecidas, penetraram em Angola em 25 de março e proclamaram em Carmona um Governo de facto presidido por Holden Roberto, dirigente da FNLA e cunhado de Mobutu, cujos vínculos com a CIA eram do domínio público. No oeste, apoiada pela Zâmbia, encontrava-se a UNITA, comandada por Jonas Savimbi, um aventureiro sem princípios que estivera em colaboração constante com os militares portugueses e com as companhias estrangeiras de exploração. Por último, as tropas regulares da África do Sul, através do território ocupado da Namíbia, cruzaram a fronteira meridional de Angola em 5 de agosto, com o pretexto de proteger as barragens do complexo hidroelétrico de Ruacaná-Calueque.

Todas essas forças, com os seus enormes recursos económicos e militares, estavam prontas para fechar em torno de Luanda um círculo irresistível nas vésperas de 11 de novembro». E o autor prossegue o seu relato: «Em 23 de outubro, as tropas regulares da África do Sul penetraram a partir da Namíbia com uma brigada mecanizada e três dias depois haviam ocupado sem resistência as cidades de Sá da Bandeira e Moçâmedes. (...) No fim dessa semana, os sul-africanos penetraram mais de 600 quilómetros em território de Angola, e avançavam para Luanda a uns 70 quilómetros diários. Em 3 de novembro, os sul-africanos atacaram o escasso pessoal do centro de instrução para recrutas de Benguela. Por isso, os instrutores cubanos tiveram de abandonar as escolas para enfrentar os invasores com os seus aprendizes de soldados, aos quais davam instruções nas pausas das batalhas. Até os médicos reviveram as suas práticas de milicianos e foram para as trincheiras» (García Márquez, 1977). E terá sido este último acontecimento que levou a liderança cubana a mudar de atitude. «Só que havia um elemento novo e dramático nessa delicada decisão. Desta vez não se tratava simplesmente de mandar uma ajuda possível, mas de empreender uma guerra regular de grande escala a 10 mil quilómetros do seu território, com um custo económico e humano incalculável e umas consequências políticas imprevisíveis. (...) Era uma decisão de consequências irreversíveis e um problema demasiado grande e complexo para ser resolvido em 24 horas. Em todo o caso, a direção do Partido Comunista de Cuba não teve mais de 24 horas para decidir e decidiu sem vacilar, em 5 de novembro, numa reunião longa e serena» (García Márquez, 1977).

Terá sido assim que nasceu a «Operação Carlota». Esta teve início com «o envio de um batalhão reforçado de tropas especiais, composto por 650 homens. Foram transportados de avião em voos sucessivos durante 13 dias, da secção militar do aeroporto José Martí, em Havana, até ao próprio aeroporto de Luanda, ainda ocupado por tropas portuguesas.

A sua missão específica era deter a ofensiva para que a capital de Angola não caísse em poder das forças inimigas antes dos portugueses partirem e depois manter a resistência até que chegassem reforços por mar. Mas os homens que saíram nos voos iniciais já iam convencidos de chegar demasiado tarde e só abrigavam a esperança final de salvar Cabinda.

O primeiro contingente saiu em 7 de novembro às 4 da tarde num voo especial da Cubana de Aviación», com 82 passageiros a bordo (García Márquez, 1977). Quando os dois primeiros aviões aterraram em Luanda, prossegue García Márquez (1977), «as colunas de Holden Roberto estavam tão próximas, que horas antes haviam morto a tiros de canhão uma idosa nativa, tentando chegar ao quartel do Gran Farni, onde estavam concentrados os cubanos. Por isso, estes não tiveram sequer tempo para descansar. Envergaram o uniforme verde-oliva, incorporaram-se nas fileiras do MPLA e foram combater»¹. Em 8 de novembro, enfim, saíam de Cuba «três barcos carregados com um regimento de artilharia, um batalhão de tropas motorizadas e o pessoal da artilharia a reação, que começariam a desembarcar em Angola a partir de 27 de novembro» (García Márquez, 1977).

1.2. *Um Outro Olhar Sobre os Factos*

Em finais de novembro de 1974, Moscovo elaborou um plano para fazer chegar armamento pesado e grandes quantidades de munições ao MPLA, escolhendo a República do Congo, pela sua posição geográfica (e política), como escala. Nesse sentido, o embaixador soviético em Brazzaville, Yevgeny Afanasenko, foi encarregado de convencer as autoridades congoleesas a cooperar, tarefa tanto mais árdua quanto o

1. Note-se a seguinte contradição: «A sua missão específica era deter a ofensiva para que a capital de Angola não caísse em poder das forças inimigas antes dos portugueses partirem (...). Mas os homens (...) já iam convencidos de chegar demasiado tarde e só abrigavam a esperança final de salvar Cabinda». A verdade, porém, é que acabaram por ficar na capital!

regime de Marien Ngouabi, embora oficialmente adepto do socialismo, nunca fora um aliado indefetível da União Soviética. Mais ainda, ele chegara a apoiar durante algum tempo tanto os rivais de Neto como os separatistas de Cabinda². Seja como for, em 4 de dezembro, o presidente Ngouabi dava luz verde à operação (Westad, 1996: 24)³.

Cuba, por sua vez, procurou dissipar as suspeições da União Soviética relativamente a Neto⁴ e incitá-la a incrementar o seu envolvimento com o MPLA. Em 30 de dezembro de 1974 teve lugar um encontro entre S.A. Slipchenko, embaixador soviético em Dar es-Salaam, e Oscar Oramas, um alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cuba. Nessa ocasião, o dirigente cubano terá feito saber que o líder angolano jamais aceitaria partilhar o poder com os outros movimentos de libertação. Oramas teve ainda a oportunidade de comunicar ao embaixador soviético que o seu Governo tencionava envolver-se mais em África (entenda-se em Angola) e que, nessa empresa, contava com o aumento do apoio de Moscovo ao movimento angolano (Westad, 1996: 24).

Confirmando os projetos de Havana, Agostinho Neto encontrou-se no dia seguinte com Carlos Cadelo e o major Alfonso Pérez Morales na capital tanzaniana. Este foi o primeiro contacto entre a direção do MPLA e representantes de Cuba. Os dois cubanos deslocaram-se depois a Angola para avaliar a situação no terreno. Regressados a Dar es-Salaam cerca de duas semanas depois, encontraram-se novamente com o líder angolano. Segundo o relatório que enviaram para Havana (veja-se Gleijeses, 1996: 8), Neto solicitara a ajuda cubana sem, contudo, precisar os detalhes da ajuda esperada. Os parâmetros da cooperação dependiam, com efeito, do tipo de armas que a União Soviética viesse a fornecer e a verdade é que Neto não dispunha ainda de informações a esse respeito. Apesar disso, o líder africano formulara outros pedidos

-
2. Com efeito, o regime de Brazzaville apoiava também uma facção da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda, na esperança de garantir a influência congoleza sobre aquela região petrolífera (Garthoff, 1985: 505).
 3. O interesse particular dos artigos de Westad e de Gleijeses deve-se ao facto de se basearem em documentos entretanto desclassificados por Moscovo (Westad) e Havana (Gleijeses).
 4. Recorde-se que os soviéticos nutriam uma enorme desconfiança em relação a Neto e que as suas relações com o MPLA estiveram ao seu nível mais baixo entre finais de 1973 e abril de 1974. Também Álvaro Cunhal, secretário geral do Partido Comunista Português, terá aconselhado Moscovo a retomar a sua ajuda a Neto e ao MPLA (Garthoff, 1985: 527).

inequívocos⁵, em particular, refere o relatório, 100.000 dólares para transferir o arsenal do MPLA da Tanzânia para Angola (Gleijeses, 1996: 8).

Em 10 de janeiro de 1975, Afanasenko tranquilizava o embaixador cubano em Brazzaville, dando-lhe conta de que o Comité Central do PCUS «está a observar atentamente o desenvolvimento dos acontecimentos em Angola e reitera [a sua] unidade com as forças progressistas, a fim de esmagar as aventuras apreciadas pela reação estrangeira e doméstica» (Westad, 1996: 24). Os cubanos, por seu turno, não satisfeitos por desaparecer de cena, não deram seguimento a nenhuma das solicitações de Neto. A verdade é que o relatório de Cadelo e de Pérez Morales perdera muito do seu valor, uma vez que as negociações entre os três movimentos de libertação e Portugal tinham entretanto desembocado na assinatura do Acordo de Alvor (15 de janeiro de 1975). Este estava, porém, votado ao fracasso, até porque as duas superpotências rapidamente deixaram de apoiar a solução de «concertação nacional» preconizada pela Organização da Unidade Africana (OUA). Uma semana depois, os Estados Unidos concediam uma ajuda financeira de 300.000 dólares à FNLA (Porter, 1988: 171) e, em 30 de janeiro, na véspera da entrada em funções do Governo de Transição em Angola, o embaixador Afanasenko prometia a José Eduardo dos Santos o aumento da «assistência técnica, militar e civil» da União Soviética ao MPLA (Westad, 1996: 24). Para contrariar o eixo Washington-FNLA,

5. Numa carta dirigida à direção cubana, datada de 26 de janeiro de 1975, Neto enviava uma lista das «necessidades urgentes da nossa organização», às quais «estamos confiantes que darão consideração imediata. 1. O estabelecimento, organização e manutenção de uma escola militar para quadros. Precisamos urgentemente de criar uma companhia de pessoal de segurança e precisamos de preparar os membros do nosso pessoal militar. 2. Precisamos de alugar um navio para transportar o material de guerra que temos em Dar es-Salaam para Angola. O descarga em Angola, se este for um navio cubano, poderia ter lugar fora das águas territoriais. 3. Armas e meios de transporte para a Brigada de Intervenção que estamos a planear organizar, assim como armas ligeiras para alguns batalhões de infantaria. 4. Transmissores e recetores para resolver o problema de comunicação entre unidades militares amplamente dispersas. 5. Uniformes e equipamento militar para 10.000 homens. 6. Dois pilotos e um mecânico de voo. 7. Assistência na formação de líderes sindicais. 8. Cooperação na organização de escolas para o ensino do Marxismo (para resolver os problemas do partido). 9. Publicações lidando com assuntos políticos e militares, especialmente manuais de instrução. 10. Assistência financeira nesta fase em que nos estabelecemos e organizamos. Apelamos também a que o Partido Comunista de Cuba use a sua influência junto de outros países que são seus amigos e aliados, especialmente do campo socialista, para que concedam uma ajuda útil e oportuna ao nosso movimento, que é a única garantia de uma Angola democrática e progressista no futuro» (Gleijeses, 1996: 14).

Moscovo favoreceu também uma aliança entre o MPLA de Agostinho Neto e a UNITA de Jonas Savimbi. Mas tudo leva a crer que os cubanos encaravam a abordagem do Kremlin com bastante ceticismo, tanto mais que, em 10 de fevereiro de 1975, o embaixador cubano em Dar es-Salaam alertou o seu homólogo soviético Slipchenko para o facto de que «[a] escolha da via socialista em Angola deve ser feita agora. (...) Em outubro será demasiado tarde» (Westad, 1996: 25).

Este conjunto de factos demonstra que os soviéticos tinham decidido seguir de perto a intervenção socialista em Angola, o que, por sua vez, explica as visitas, em março de 1975, do presidente soviético Nikolai Podgorny a Brazzaville e do presidente congolês Marien Ngouabi a Moscovo, onde se encontrou com vários dirigentes soviéticos, entre os quais o próprio Leonid Brejnev (Porter, 1988: 157). Pouco depois, a capital congolesa tornou-se o centro nevrálgico das relações entre Moscovo e o MPLA e o principal ponto de apoio para a transferência maciça, sob as mais diversas formas, de armas soviéticas para Angola⁶.

A estratégia soviética deparava-se, apesar de tudo, com poderosos obstáculos, em particular a persistência do antagonismo entre Agostinho Neto e o regime congolês, antagonismo esse que o embaixador Afanasenko só com extrema dificuldade conseguia gerir. Em maio, uma delegação cubana aterrava em Brazzaville, sob a direção de Flavio Bravo, vice-primeiro-ministro e responsável pela componente político-militar do programa africano. Atendendo às relações privilegiadas entre Fidel Castro e Marien Ngouabi, é bastante provável que a visita cubana tenha visado apaziguar a tensão entre Neto e o chefe de Estado congolês.

Bravo encontrou-se com Neto, que lhe pediu ajuda «para transportar algumas armas», equipamento militar e instrutores (Gleijeses, 1996: 8; Falk, 1987: 1082-1083). No mês seguinte, 230 conselheiros militares cubanos chegavam a Angola⁷, sem, contudo, conseguirem melhorar o estado de coisas. Com efeito, em junho, o presidente Marien Ngouabi dava conta ao embaixador Afanasenko da sua indignação face às constantes acusações de proteger os separatistas de Cabinda que lhe eram dirigidas por Agostinho Neto. No início de julho, o embaixador

6. Para mais pormenores, veja-se Porter (1988: 156-157, 161).

7. Embora, segundo a versão «semioficial», os primeiros militares cubanos só tenham entrado em Angola em setembro, esta informação foi confirmada em 1976 pelo vice-presidente cubano Carlos Rafael Rodríguez (Porter, 1988: 165).

soviético comunicava ao Departamento Internacional do Comité Central do PCUS⁸ que os congoleses rejeitavam os planos soviéticos de apoio maciço ao MPLA através do seu território. O Kremlin viu-se então obrigado a solicitar a Fidel Castro que agisse como intermediário da assistência soviética ao MPLA (Westad, 1996: 25). E foi este pedido que permitiu a Cuba reentrar definitivamente na cena angolana.

Em 3 de agosto, uma delegação cubana, composta por sete elementos e liderada pelo comandante Raúl Díaz Argüelles, chegava a Angola para discutir com a direção do MPLA os detalhes da sua cooperação. Tratava-se de definir com precisão o tipo de ajuda que os angolanos desejavam, os objetivos que esperavam alcançar com essa ajuda e, enfim, o ritmo do seu fornecimento (Gleijeses, 1996: 9). Nessa mesma ocasião foi finalmente entregue a Neto «a solidariedade militante do nosso Comandante-em-Chefe, do nosso partido e do nosso governo»: os 100.000 dólares solicitados em janeiro (Gleijeses, 1996: 14).

Na sequência das discussões tidas com a direção do MPLA, Díaz Argüelles propôs a criação de uma missão militar constituída por «65 oficiais e 29 sargentos e soldados num total de 94 *compañeros*» (Gleijeses, 1996: 9). Esta proposta foi, todavia, revista em Havana, que decidiu enviar 480 homens para criar e operar quatro centros de instrução para 5.300 angolanos (Gleijeses, 1996: 9)⁹. Curiosamente, quando Neto se revelou «mais preciso», o governo cubano decidiu de outro modo, o que aniquila o argumento da «imprecisão», avançado por García Márquez. Para justificar a atitude cubana, o escritor colombiano sublinhou que «o pedido de Neto era também típico da sua modéstia» (García Márquez, 1977), enquanto Jorge Risquet, membro do Comité Central do Partido Comunista de Cuba, mais realisticamente, observou: «Se íamos mandar os nossos homens, tínhamos de enviar os suficientes para cumprir a missão e para se defender, porque um grupo demasiado pequeno teria sido simplesmente arrasado» (Gleijeses, 1996: 9).

Seja como for, a decisão cubana é a prova inequívoca da firme determinação de Havana em se envolver declarada e incondicionalmente

8. O Departamento Internacional do Comité Central do PCUS reforçara entretanto a sua posição no campo da formulação da política externa soviética em detrimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Este último privilegiava as áreas tradicionais da política externa soviética (a Europa e os Estados Unidos), enquanto o Departamento Internacional apostava cada vez mais no Terceiro Mundo.

9. Cuba deveria enviar armas para os instrutores e os recrutas dos CIRs, bem como alimentos, roupas, equipamento de campismo, artigos de higiene pessoal, medicamentos, camas de campanha, cobertores e lençóis para os 5.300 homens.

em Angola. Em conformidade, em 15 de agosto, numa mensagem dirigida a Leonid Brejnev, Fidel Castro sustentava a necessidade de incrementar a ajuda ao MPLA, incluindo a introdução de tropas especiais cubanas. A verdade é que os cubanos já dispunham de um plano bastante detalhado, definindo as condições do transporte das tropas (para Luanda ou para o Congo), a logística e as orientações estratégicas e táticas a adotar em Angola. O líder cubano buscava agora a assistência soviética para o transporte de tropas e de material, assim como a colaboração de oficiais do estado-maior para a planificação das operações militares. Para melhor convencer o Kremlin, Castro acentuava a força política do MPLA e a ameaça que a coligação rival (FNLA-UNITA-Estados Unidos) representava para a independência e o socialismo em Angola (Westad, 1996: 25). Dois dias depois, era a vez do angolano Lúcio Lara se dirigir a Afanasenko, solicitando-lhe o envio de oficiais do estado-maior para o Comando Geral do MPLA¹⁰, que acabava de ser transferido de Brazzaville para Luanda, o que revela uma coordenação de esforços e de estratégias entre angolanos e cubanos.

Os soviéticos colocaram, no entanto, algumas reservas ao plano de Havana, temendo que semelhante passo prejudicasse a sua política de *détente* com os Estados Unidos. Por isso, o Estado-Maior General opôs-se a toda e qualquer participação na operação «antes da independência». Mesmo o KGB, o verdadeiro responsável pela «política africana» da União Soviética, seguindo-lhe os passos, pôs-se a expor as eventuais consequências de uma intervenção direta de Moscovo em Angola sobre as relações com Washington (Lévesque, 1987: 306; Westad, 1996: 25). Importa, no entanto, referir que os soviéticos, no fundo, não colocavam verdadeiras objeções ao plano propriamente dito; o que não desejavam era aparecer diretamente associados a ele «antes da independência». A intervenção soviética, a ocorrer, deveria ter lugar apenas «após a independência», uma vez que, nesse cenário, tratar-se-ia da solicitação de uma ajuda exterior por parte de um Estado soberano, situação legítima em termos de direito internacional (veja-se Tillema & Van Wingen, 1982: 227) e, por isso, menos suscetível de frustrar os *acquis* da *détente*. Por outro lado, é notável que os soviéticos tenham apenas ponderado os efeitos de uma intervenção direta sobre as «relações» sovieto-americanas, o que deixa supor que

10. Segundo Lara, o Comando do MPLA necessitava de «assessoria qualificada sobre questões militares ao nível estratégico» (Westad, 1996: 25).

terão excluído qualquer outra resposta americana que não fosse de natureza simplesmente diplomática. É o que, aliás, se pode deduzir das próprias palavras de Gabriel García Márquez: «A possibilidade dos Estados Unidos intervirem abertamente e não através de mercenários e da África do Sul, como o havia feito até então, era sem dúvida um dos enigmas mais inquietantes. Contudo, uma análise rápida permitia prever que pelo menos pensariam mais de três vezes, pois acabavam de sair do pântano do Vietname e do escândalo de Watergate, com um presidente que ninguém elegera, com a CIA fustigada pelo Congresso e desprestigiada perante a opinião pública, com a necessidade de tomar cuidado para não aparecer como aliado da racista África do Sul, não só perante a maioria dos países africanos, mas também perante a própria população negra dos Estados Unidos, e além disso em plena campanha eleitoral e no novíssimo ano do bicentenário. Por outro lado, os cubanos (...) também estavam conscientes das implicações que a sua ação poderia ter para a política da coexistência pacífica e o desanuviamento internacional» (García Márquez, 1977).

E a verdade é que, em 21 de agosto, Díaz Argüelles chegava a Luanda, desta vez para assumir a direção da Missão Militar Cubana em Angola (MMCA), ficando diretamente subordinado a Abelardo Colomé Ibarra, o vice-ministro das Forças Armadas Revolucionárias (FAR). Entre 20 de agosto e 5 de setembro, o chefe do Estado-Maior General das FAR, o major-general Sénen Casas Regueiro, os chefes dos diversos ramos das forças armadas e outros vice-ministros do Ministério das Forças Armadas cubano foram temporariamente libertados dos seus cargos, muito provavelmente para seguirem de perto a operação em Angola. A verdade é que Casas Regueiro assumiu *de facto* o comando da força expedicionária cubana em Angola e quatro outros dos generais em causa assumiram postos de comando sob a sua direção (Porter, 1988: 166)¹¹.

Os primeiros cem elementos da MMCA chegaram a Angola em finais de agosto, em voos comerciais. Os restantes seguiram a bordo dos três navios que zarparam de Havana em meados de setembro (o *Vietnam Heroico*, o *Coral Island* e o *La Plata*), carregando nos seus porões o equipamento militar destinado aos quatro CIRs, a saber: 12.000 espingardas M52 (checas), 30 metralhadoras antiaéreas de 12,7mm (checas),

11. Eles retomaram os seus cargos em julho de 1976.

123 lança-granadas RPG7 (búlgaros), 48 canhões sem recuo de 75mm (chineses), 18 metralhadoras AK (chinesas), 51 morteiros de 81mm (americanos), 18 morteiros de 120mm (americanos), 100 obuses de 122mm (origem não especificada), 500 minas anticarro, 30.000 minas antipessoais e 75 toneladas métricas de explosivos (Jaime & Barber, 1999: 341). Esta listagem do material, revelada pelo dirigente cubano Jorge Risquet, suscita algumas reflexões, a primeira das quais é que o armamento embarcado afigura-se claramente desajustado, quantitativa e tipologicamente, ao «treino de 5.300 guerrilheiros». Porém, o dirigente cubano acabaria por confessar que o material militar se destinava também à defesa de Luanda e de Cabinda (Jaime & Barber, 1999: 341). Dito de outra forma, a ser utilizado por... tropas cubanas.

O segundo apontamento prende-se com o reparo que Risquet se apressou a introduzir: «(...) como veem, não havia armas soviéticas nas que foram entregues a Angola. Havia um acordo com a União Soviética que nos impedia de entregar armas a terceiros sem a sua permissão e para não estar a pedir permissão, enviámos para Angola armamento que não fosse soviético» (Jaime & Barber, 1999: 341). Todavia, contrastando com este zelo de precisão, Risquet não achou pertinente explicar como obtivera Cuba o material americano e chinês, isentando-se também de precisar a origem, obviamente soviética, dos foguetes de 122mm, cujos lançadores BM-21 se encontravam em Brazzaville desde outubro, prontos para serem enviados para Angola. Acresce que o papel atribuído à Checoslováquia (a principal origem das armas «mais visíveis» enviadas para Angola), no quadro da «divisão do trabalho» estabelecida no seio do «sistema comunista mundial» (veja-se Kriegel, 1984), era precisamente fornecer armas aos países clientes quando, por esta ou por aquela razão, a União Soviética preferia não se expor ela própria. Torna-se, assim, óbvia a falácia da «necessidade de uma permissão» da URSS, precisamente um dos pilares da «versão oficial», tanto mais que, como se apontou, foram os próprios soviéticos a solicitar, em agosto, a intervenção de Cuba em Angola.

Entretanto teve lugar uma intensa atividade diplomática. Em setembro, Marien Ngouabi encontrou-se com Fidel Castro em Havana, tendo os dois líderes declarado num comunicado conjunto o seu apoio ao MPLA (Porter, 1988: 157). Pouco depois, o vice-presidente cubano Carlos Rafael Rodríguez aterrava em Moscovo. Nessa ocasião, foi assinado um protocolo económico sobre a coordenação da planificação

económica entre a URSS e Cuba e a continuação da assistência soviética a Havana, sendo bastante provável que este protocolo estivesse relacionado com o financiamento da intervenção em Angola. No início do mês de outubro era a vez de Flavio Bravo se deslocar à capital soviética (Benemelis, 1987: 225; Porter, 1988: 169).

Em 15 de outubro, Díaz Argüelles dava conta a Abelardo Colomé do mau estado do material chegado a bordo do *Vietnam Heroico* e do *Coral Island*, concluindo nos seguintes termos: «Comandante, esta é a maior operação que alguma vez realizámos e estamos a fazê-lo nas piores condições e circunstâncias. Com pouco tempo para planear e com quase nenhum conhecimento e experiência do país (...) tivemos de improvisar à medida que avançamos. (...) É uma tarefa de enorme magnitude (...). Eu tomei as medidas necessárias para começar o treino em 15 de outubro (...) para que as tropas estejam prontas em 5 de novembro» (Gleijeses, 1996: 10). Estas últimas palavras encerram um pormenor de extrema importância e que permitem uma leitura completamente nova dos acontecimentos. Na verdade, por que razão deveriam as tropas estar prontas em 5 de novembro? Ou seja, precisamente a data em que, segundo a versão «semioficial» dos factos, a liderança cubana terá tomado a decisão de intervir em Angola, em resposta a um ataque sul-africano, em 3 de novembro, contra «o escasso pessoal do centro de instrução para recrutas de Benguela».

Durante a terceira semana de outubro, o Kremlin decidiu finalmente apoiar a operação cubana, imediatamente «após a declaração da independência», prevista para 11 de novembro. Os preparativos militares da ponte aérea que iria transportar as tropas cubanas para Angola intensificaram-se a partir do início de novembro (Westad, 1996: 26).

A exposição dos factos que acabamos de fazer baseia-se fundamentalmente em documentos entretanto desclassificados pelos governos russo e cubano, após o fim da «Guerra Fria». Ela revela uma história completamente diferente, cujos principais aspetos merecem destaque, a saber: desde muito cedo que soviéticos e cubanos trocaram informações e mantiveram consultas regulares sobre a questão angolana; os soviéticos tinham incontestavelmente planos para Angola; por fim, não obstante a firme ambição cubana de desempenhar os papéis de protagonismo, a decisão final de intervir coube indiscutivelmente ao Kremlin.

Embora só hoje seja possível, com base em novos dados, reescrever a história da intervenção cubana em Angola, não é menos verdade que

já antes da desclassificação dos documentos a versão «semioficial» carecia de evidente sustentabilidade. A este respeito, escreve Zdenek Cervenka: «Embora não haja qualquer dúvida de que a decisão de enviar tropas, bem como todo o planeamento da operação, teve início em Havana, o consentimento de Moscovo era essencial pela simples razão de que eram os russos que estavam a pagar a totalidade da missão. Além disso, o seu sucesso dependia também da chegada atempada das armas pesadas soviéticas» (Porter, 1988: 169). Por sua vez, Mark N. Katz (1990: 31) sublinha que uma intervenção cubana em grande escala, como a que teve lugar em Angola ou no Corno da África, era difícil de levar a cabo sem o apoio soviético e sob a hostilidade americana. No mesmo sentido se manifestou George Volsky (1981: 64), para quem Castro sabia inquestionavelmente que «as suas tropas não poderiam ter operado por qualquer período de tempo sem apoio logístico soviético maciço», enquanto o especialista em assuntos cubanos Jorge I. Domínguez (1978: 98) observa que, embora «Cuba pudesse decidir agir por conta própria, não poderia implementar essa decisão sem o seu aliado soviético. A União Soviética era necessária para fornecer armamento para uso em África e assistência económica essencial para as operações conjuntas no exterior. Tinha também de fornecer cobertura política e militar geral a Cuba em caso de uma eventual resposta americana. Assim, a política externa cubana, e até mesmo a segurança pessoal das suas dezenas de milhares de tropas no exterior, passou a depender diretamente da coordenação política com a União Soviética». Aliás, o próprio García Márquez (1977) reconhece que «os cubanos estavam seguros de contar com a solidariedade e a ajuda material da União Soviética e de outros países socialistas».

De tudo o que precede, torna-se evidente que o Kremlin estava determinado a não deixar o mínimo vestígio permitindo estabelecer uma ligação entre a União Soviética e a iniciativa cubana. Esta prudência do comportamento soviético deve-se a um punhado de razões, nomeadamente:

- na primeira metade de 1975, a União Soviética encontrava-se quase exclusivamente empenhada no sucesso da Conferência de Helsínquia, onde esperava obter (como veio a acontecer) o reconhecimento formal do *status quo* europeu¹²

12. Coincidência ou não, a delegação cubana dirigida pelo comandante Raúl Díaz Argüelles chegou a Luanda a 3 de agosto, ou seja, dois dias após a assinatura da Ata de Helsínquia.

- a intervenção por intermédio de Cuba limitava os riscos de uma confrontação direta com os Estados Unidos;
- em caso de fracasso ou de ultimato americano, a visibilidade do envolvimento de Cuba pouparia aos soviéticos uma humilhação semelhante à que haviam conhecido no passado (curiosamente, em Cuba);
- a OUA insistira suficientemente sobre a sua vontade de manter as grandes potências afastadas dos conflitos locais e numerosos Estados africanos deram reiteradas mostras de elevada suscetibilidade nesta matéria, facto que a URSS não podia obviamente menosprezar (D'Encausse, 1986: 53-54)¹³.

Este último aspeto, em particular, explica por que razão a União Soviética, embora estivesse decidida a rivalizar com os Estados Unidos e com a China em matéria de fornecimento de ajuda militar, não queria participar diretamente no conflito nem prestar assistência a Cuba em sede de operações militares (Somerville, 1993: 157).

Na impossibilidade de poder intervir diretamente, o Kremlin viu-se na contingência de ter de encontrar um mandatário. A escolha recaiu sobre Cuba, que reunia as condições ideais para cumprir a missão, a saber:

- o envio de tropas cubanas pouparia a Moscovo o criticismo internacional que uma ação militar conduzida por forças soviéticas ou de membros do Pacto de Varsóvia necessariamente suscitaria (Saivetz & Woodby, 1985: 157);
- como Estado de povoamento maioritariamente negro, Cuba tinha mais e melhores razões do que a URSS para invocar solidariedades étnicas com os movimentos emancipalistas em África. Por isso e enquanto país do Terceiro Mundo, a presença dos cubanos seria mais aceitável para a OUA e para Angola do que a dos soviéticos (Falk, 1987: 1077);

13. Cite-se, por exemplo, o caso da Tanzânia, cujo presidente Julius Nyerere, embora partidário do MPLA, disse ao embaixador Slipchenko que a União Soviética não devia envolver-se diretamente no conflito angolano porque os países africanos reagiriam energeticamente a qualquer forma de intervenção exterior. Em novembro, numa altura em que o conflito estava no seu apogeu e em que já não subsistiam quaisquer dúvidas quanto à intervenção militar sul-africana, Nyerere reiterou esta posição (Westad, 1996: 24, 26).

- Havana dispunha de pessoal qualificado para manejar armas sofisticadas de fabrico soviético;
- os cubanos eram também, por assim dizer, «especialistas» nos assuntos africanos. Na verdade, em 1974, Cuba tinha inquestionavelmente, em matéria de África, um conhecimento mais profundo do terreno, contactos mais constantes e solidariedades mais afirmadas que a União Soviética (D'Encausse, 1986: 53);
- *last but not least*, os cubanos tinham maior facilidade de compreensão da língua portuguesa e de adaptação às adversas condições de vida de Angola¹⁴.

Todavia, o governo cubano estava longe de ser um simples mandatário da União Soviética. Em setembro de 1979, Robert Pastor, então responsável do National Security Council para a América Latina, afirmou: «Ao embarcarmos noutra período anti-Castro, deixem-me sugerir que tentemos usar um termo diferente para nos referir-mos aos cubanos do que o de "fantoche" soviético. (...) A palavra "fantoche" sugere que os cubanos estão envolvidos em atividades revolucionárias porque os soviéticos os instruíram a fazê-lo. Não é, evidentemente, o caso» (Gleijeses, 1996: 13). A análise de Pastor estava em sintonia com a opinião do general Vernon Walters, então vice-diretor da CIA, para quem «Castro perseguia os seus próprios objetivos – que passaram a ser, em grande parte, convergentes com os de Moscovo» (Kempton, 1989: 45). Foi esta «convergência de interesses» soviético-cubana que suscitou uma «estratégia de convergência» (Duncan, 1985: 51-113).

Em suma, como sublinha Jacques Lévesque (1978: 430), é essencialmente de uma «concordância de interesses» que se deve falar quando se aborda a ação de Cuba e da União Soviética em Angola. E a verdade é que tudo o que precede nos leva a concluir inequivocamente

14. O primeiro-ministro angolano Lopo do Nascimento fez eco desta realidade em 1976: «Hoje, os civis cubanos são entre nós mais numerosos do que os militares. Eles substituem os quadros que desertaram. Uma língua que entendem e condições de vida que conheceram permitem-lhes adaptar-se ao nosso país muito mais facilmente do que outros cooperantes: não são eles que vão exigir aparelhos de ar condicionado! Para além disso, ao contrário de outros, os cooperantes cubanos (...) aceitam ir trabalhar para as aldeias» (Mestiri, 1980: 27-28). Ver ainda Lévesque (1987: 306) e Kempton (1989: 44).

que Cuba não interveio em Angola enquanto simples «Estado satélite»¹⁵ da URSS, mas muito mais na qualidade de «Estado retransmissor»¹⁶. Até porque, à luz da «doutrina Brejnev», os cubanos e os angolanos podiam definir as suas próprias prioridades desde que se subordinassem ao objetivo geral da política externa soviética e tivessem sempre em devida consideração o seu «lugar» relativamente à União Soviética (Windsor, 1984: 54).

2. A Intervenção em Angola Como Elemento da Política Externa de Cuba

Para o dirigente cubano Manuel Agramonte, «a intervenção de Cuba em Angola não pode ser compreendida sem olhar para o nosso passado» (Gleijeses, 1996: 5). É também nessa perspetiva que nos colocamos nas páginas que em seguida escrevemos.

2.1. *Os Fundamentos da Política Externa de Cuba*

Segundo Jorge I. Domínguez (1978: 88), a política exterior de Cuba revela uma clara hierarquia de objetivos, por ordem decrescente de importância: (1) a sobrevivência do governo revolucionário; (2) o desenvolvimento económico; (3) a influência sobre os governos (o que implicava a diversificação das relações exteriores); (4) a influência sobre a «esquerda» e, por último, (5) o apoio à revolução no mundo. Embora as políticas concretas tenham variado, a ordem das prioridades permaneceu imutável.

Após o derrube de Fulgencio Batista, em 1959, a única certeza de Fidel Castro e dos *barbudos* era que o sucesso da revolução implicava o fim da posição privilegiada de que os Estados Unidos desfrutavam em Cuba. Em contrapartida, numerosas incertezas subsistiam em termos

15. Estado geralmente ligado por um tratado político-militar bilateral e multilateral, submetido a uma grande potência e cuja autonomia em matéria de política interna e externa ou é reduzida ou é controlada pelo Estado dominante (Soppelsa, 1988: 112).

16. Estado aliado com uma potência mais importante e encarregado de desempenhar tarefas ou atividades de que o Estado dominante não se pode ou não se quer incumbir porque o seu estatuto de grande potência não lho permite, porque quer parecer estranha à ação ou atividade em curso ou ainda porque considera inútil ou pouco rentável a sua presença direta. No entanto, os «Estados retransmissores» podem «interpretar as instruções» da potência dominante, reforçando ou refreando a missão que lhes foi confiada, e ir em busca de uma certa margem de autonomia (Soppelsa, 1988: 111).

ideológicos. Como é sabido, o líder cubano não era originariamente comunista, o que explica que a tomada do poder se tenha realizado à revelia de todo e qualquer projeto e apoio comunistas. Este último aspeto parece ter forjado um sentimento de exclusividade entre os novos dirigentes de Havana, sentimento reforçado ainda pela originalidade da experiência revolucionária nacional, que permitira conceber um «novo» modelo revolucionário cuja validade fora confirmada pelos factos. Em virtude deste somatório de elementos, o regime castrista não tardou a considerar-se predestinado a desempenhar internacionalmente um «papel» (*role*¹⁷) ultrapassando amplamente os limites do quadro insular que a geografia lhe impunha, da mesma forma que ambicionava ver espalhar-se o sistema social e a ideologia que apregoava (Chaliand, 1984: 71).

Porém, a forte hostilidade americana, cujo paroxismo foi alcançado em abril de 1961 aquando do desembarque na Baía dos Porcos, provou ao regime cubano a necessidade de conseguir o apoio de uma potência extracontinental. Atendendo ao ambiente político internacional da época, só a União Soviética dispunha da capacidade política, económica e militar bastante para ajudar Cuba na sua confrontação com os Estados Unidos. Fidel Castro foi, assim, rapidamente induzido a abandonar a indefinição ideológica da revolução e, pelo contrário, a arvorar-se em comunista autêntico e, em consequência, a adotar os objetivos e a linguagem da ideologia donde pretendia retirar a sua legitimidade (D'Encausse, 1986: 52). Esta adaptação permitia-lhe ainda receber do seu protetor os meios necessários para levar a cabo o desenvolvimento da economia nacional. O estabelecimento de uma relação bastante estreita com Moscovo abria, assim, caminho à concretização dos dois principais objetivos do regime de Havana: a sobrevivência do governo revolucionário e o desenvolvimento económico.

17. Segundo Kalevi J. Holsti, que introduziu o conceito, o «papel» é uma linha de conduta diplomática geral ditada pela ideia que a elite dirigente de um Estado faz do lugar, real ou desejado, desse Estado no sistema internacional global ou regional. Entende-se por «papel», diz o autor, as funções que um «Estado poderia exercer num certo número de contextos geográficos ou de domínios» (Barrea, 1994: 50). Veja-se também Walker (1987).

No ano seguinte, a crise dos mísseis de Cuba iria, contudo, expor os limites da jovem associação sovieto-cubana¹⁸. Com efeito, a União Soviética apareceu então aos cubanos como um aliado pouco confiável, revelando uma clara indisponibilidade para mobilizar todos os seus meios – incluindo as armas nucleares – para salvar a revolução cubana. Mais ainda, o desfecho da crise mostrara abertamente que o objetivo prioritário da sobrevivência do regime podia ser objeto de negociação entre as superpotências, o que soou como o dobre de finados da confiança cubana no seu protetor estrangeiro.

O regime cubano concluiu então que, para garantir a sua própria sobrevivência, tinha necessariamente de enveredar por uma política externa mais voluntarista, em busca de um «papel» a desempenhar e de um lugar a ocupar no sistema internacional. Foi neste espírito que o regime enfatizou os demais objetivos, ou seja, a diversificação das relações externas, a influência sobre a «esquerda» e o apoio às revoluções socialistas no mundo. Em conformidade, se as iniciativas cubanas se conformavam com a hierarquia dos objetivos nacionais, cada uma delas não deixava de ser um teste dos limites da tolerância soviética. Em suma, se as divergências sovieto-cubanas que foi então possível identificar resultavam indubitavelmente de diferenças ideológicas, ainda assim elas devem ser preferencialmente entendidas como etapas do lento e difícil processo de estabelecimento das regras regulando as relações entre os novos aliados *de facto* (Domínguez, 1978: 88).

Neste quadro, o regime castrista recusou tomar partido no conflito sino-soviético¹⁹; criticou publicamente as políticas soviéticas de comércio e de cooperação com alguns dos inimigos latino-americanos

18. De um apogeu de solidariedade revolucionária aparente no início da crise, vários fatores contribuíram, com efeito, para a degradação gradual das relações sovieto-cubanas: o receio soviético de que o zelo cubano (um avião americano U-2 fora abatido em 27 de outubro) pudesse provocar uma invasão americana; a pretensão de Castro de que a URSS respondesse com armas nucleares em caso de ataque americano à ilha; o facto de Khrushchev não ter consultado Castro antes de acertar com Kennedy os termos da retirada dos mísseis; um diferendo sobre a autorização da inspeção de navios soviéticos nos portos cubanos pela ONU para verificar a retirada dos mísseis e, por último, a fúria de Havana porque Moscovo sucumbira às exigências de Washington de retirar os bombardeiros soviéticos Il-28 e os mísseis nucleares (Hershberg, 1996: 274).

19. Com efeito, a degradação das relações sino-cubanas a partir de finais de 1965 decorreu fundamentalmente de divergências bilaterais. Os cubanos acusaram Pequim de querer infiltrar-se politicamente no partido e nas forças armadas de Cuba, ao mesmo tempo que os chineses impunham sanções contra o regime de Havana, recusando nomeadamente vender arroz e comprar o açúcar nos montantes contratados pelos dois países.

de Cuba, nomeadamente os regimes militares do Brasil e de Eduardo Frei no Chile; criticou ainda os partidos comunistas que gravitavam na órbita soviética, em particular o da Venezuela, por terem renunciado aos seus compromissos revolucionários e, por último, apoiou grupos revolucionários na América Latina, não raras vezes em oposição às ambições de Moscovo (Domínguez, 1978: 88). Da mesma forma, o esforço para diversificar as relações exteriores do país nos domínios político e económico culminou numa independência considerável em relação à política e aos interesses soviéticos.

É no quadro de semelhantes tentativas de autoafirmação no plano internacional que a política africana de Cuba deve ser analisada. É, com efeito, sabido que sérias divergências opuseram então Havana e Moscovo a propósito tanto da revolução mundial como das alterações políticas concretas no Terceiro Mundo. Para além das diferenças ideológicas inerentes a perceções diferentes do mundo, o radicalismo do discurso revolucionário e o militantismo que o regime cubano então alardeava sob o estandarte do «internacionalismo proletário» garantiam um quinhão considerável da legitimidade do poder castrista (D'Encausse, 1986: 52). Este facto esclarece por que razão a decisão cubana de intervir em África, na década de 60, é completamente indiferente aos interesses da União Soviética naquele continente.

Na verdade, a solidariedade manifestada pelas autoridades cubanas aos dois países recentemente independentes ou dos movimentos de libertação baseava-se, em termos ideológicos, nas teses relativas ao «foco guerrilheiro», à revolução nos campos e à luta armada nacional-popular de que Ernesto *Che* Guevara²⁰ então se arvorava em principal arauto (Miguez, 1984: 98). Esta ideia de autonomia cubana no quadro do «internacionalismo proletário» foi, aliás, salientada em 1965 por Thomas Hughes, então diretor do Bureau of Intelligence and Research do Departamento de Estado. Na sua opinião, a digressão africana de Guevara era uma componente de uma nova estratégia cubana, baseada na convicção de que uma nova situação revolucionária existia em África. O regime cubano acreditava que era do seu interesse promover a difusão da revolução naquele continente porque, fazendo-o, ganharia

20. Ernesto *Che* Guevara (1928-1967) nasceu na Argentina, tendo sido revolucionário marxista, médico, escritor, guerrilheiro, diplomata e teórico militar. Figura destacada da revolução cubana, Guevara deixou Cuba em 1965 para fomentar a revolução noutras áreas do globo, primeiro no Congo Brazzaville e depois na Bolívia, onde seria capturado e executado pelas forças militares governamentais.

novos amigos e, dessa forma, diminuiria o seu isolamento, enfraquecendo ao mesmo tempo a influência americana. Em última análise, e ainda segundo Hughes, esta estratégia cubana foi «concebida para fornecer nova alavancagem política contra os Estados Unidos e o bloco socialista. (...) Os cubanos esperam, sem dúvida, que os seus laços africanos aumentem a estatura de Cuba no mundo não-alinhado e ajudem a forçar as principais potências socialistas a tolerar uma considerável dose de independência e de criticismo de Cuba» (Gleijeses, 1996: 12). A prossecução destes objetivos cubanos em África foi ainda facilitada pela Conferência Tricontinental, reunida em Havana entre 3 e 15 de janeiro de 1966, que permitira aos dirigentes cubanos estabelecer ligações com certos líderes revolucionários africanos. Em suma, as expedições cubanas em África inscreveram-se no quadro de uma vontade política de pesar realmente sobre as relações de força mundiais (Chaliand, 1984: 73; Lévesque, 1978: 430).

Apesar do ativismo e da independência da política exterior de Havana, a assistência soviética não foi interrompida, ainda que ao mesmo tempo o Kremlin tivesse promovido a contestação interna a Castro. Com efeito, muitos dirigentes soviéticos e leste-europeus estabeleceram contactos com Aníbal Escalante e outros comunistas cubanos, tidos por mais ortodoxos em matéria de política internacional. Rapidamente desmascarada, esta fação – ou «micro-fação», na terminologia de Castro – foi acusada de criticar o governo e as suas escolhas e de procurar estabelecer uma aliança transnacional com dirigentes do bloco socialista (Domínguez, 1978: 89).

Foi então que a União Soviética, comportando-se como superpotência, demonstrou a sua preocupação em definir claramente os limites da autonomia cubana em matéria de política externa. Moscovo passou então a exercer fortes pressões políticas e económicas sobre Cuba, sendo de destacar o abrandamento dos fornecimentos de produtos petrolíferos. Pouco depois, o governo cubano era obrigado a implementar drásticas medidas de racionamento. No plano do «internacionalismo proletário», as coisas também corriam mal: as «guerrilhas castristas» fracassavam na América do Sul e na América Central, enquanto Guevara era abatido na Bolívia. No início de 1968, não podendo o balanço da política exterior cubana ser mais dececionante, Fidel Castro viu-se obrigado a jogar a carta soviética. Em agosto desse mesmo ano, aplaudia a invasão da Checoslováquia pelas forças do Pacto de Varsóvia; à

«primavera de Praga» juntava-se a «primavera caribenha» (Domínguez, 1978: 90). Em conformidade com a hierarquia dos seus objetivos políticos, Havana decidira privilegiar a sobrevivência do regime e o desenvolvimento económico do país.

A nova realidade impunha a Castro várias concessões, a saber: uma maior convergência com a política exterior soviética, o abandono de um papel específico de Cuba na América Latina²¹ e o alinhamento inequívoco de Havana com Moscovo na querela sino-soviética. Em contrapartida, a União Soviética assumiu descomplexadamente o seu papel de Estado protetor. Neste espírito, o Kremlin concedeu a Cuba elevadas subvenções diretas para fazer face aos défices comerciais bilaterais entre os dois países, aceitando ao mesmo tempo comprar o açúcar cubano a preço elevado e, inversamente, vender os produtos petrolíferos soviéticos a preço reduzido. Moscovo disponibilizou ainda créditos avaliados em várias centenas de milhões de dólares, destinados ao desenvolvimento económico. As transferências gratuitas de armamentos aumentaram também acentuadamente, enquanto que, no início dos anos 70, o Governo cubano lançava um programa importante de profissionalização e de especialização das forças armadas. Este último facto decorria incontestavelmente da «divisão do trabalho» concebida na época pelos soviéticos e prenunciava os acontecimentos de Angola.

Um conjunto de circunstâncias obrigou, pois, os cubanos, entre 1968 e 1974, a moderar o seu entusiasmo africano e a reorientar o essencial dos seus recursos para a reconstrução de uma economia nacional caótica. Se o regime de Castro prosseguia em certa medida a sua «cooperação internacionalista» civil e militar em África, esta desenvolvia-se agora em moldes que já não preocupavam as ex-metrópoles europeias e, menos ainda, os Estados Unidos (Miguez, 1984: 98-99).

2.2. Cuba em Angola: Encontro com o Passado

Para o regime castrista, a intervenção em Angola representava a oportunidade sonhada de regressar à política exterior ativista dos anos

21. O Kremlin encarou sempre as iniciativas cubanas na região com preocupação. Com efeito, a ameaça à América Latina, que Washington considera como fazendo geopoliticamente parte da sua zona de influência, podia culminar numa indesejada confrontação direta sovieto-americana. Mais ainda, ao respeitar e ao fazer respeitar a santuarização da zona de influência do adversário, Moscovo esperava garantir a santuarização da sua.

60, a qual fora abandonada pela força das circunstâncias na América Latina. Com efeito, Fidel Castro justificava, em abril de 1977, a iniciativa nos seguintes termos: «A África é hoje o elo mais fraco do imperialismo. É lá que se têm cometido nos últimos tempos os maiores crimes contra os povos. É lá que existem perspectivas excelentes para poder passar quase do tribalismo ao socialismo sem ter de atravessar as diversas etapas que algumas outras regiões do mundo tiveram de percorrer. Se somos militantes revolucionários, temos o dever de apoiar a luta anti-imperialista, antirracista e antineocolonialista. A África reveste hoje uma importância extrema. A dominação imperialista não é ali tão forte como na América Latina. Por isso, as possibilidades de uma revolução fundamental no continente africano são reais. E se há uma ascensão do fascismo na América Latina, é porque é o último recurso para impedir o triunfo do socialismo. Se a luta continua a ser muito dura na América Latina, porque ali a burguesia domina a economia, as universidades, a imprensa e todos os setores da vida nacional, esse fenómeno não existe realmente em África, onde não há burguesia propriamente dita» (Mestiri, 1980: 81-82).

Importa, contudo, salientar que a imagem de grande ator internacional que Fidel Castro tinha de si próprio (veja-se Shevchenko, 1985: 354) e a especificidade da experiência revolucionária cubana concorreram conjuntamente para o surgimento da noção de «centralidade de Cuba» (Domínguez, 1992: 60), que alimentou a ambição dos dirigentes cubanos de desempenharem um papel no sistema internacional, o qual passaria obrigatoriamente pelo Terceiro Mundo. Ora, Castro tinha perfeita consciência de que o alcance da intervenção cubana em Angola ultrapassaria em larga medida as estritas fronteiras do país. Tratava-se, com efeito, tanto de ir em auxílio de um movimento de libertação como de combater no terreno a África do Sul racista, duas realidades que contribuiriam decisivamente para o aumento do prestígio cubano em África e no conjunto do Terceiro Mundo (Gunn, 1992: 48)²².

Em 15 de março de 1976, em Conakry, na presença de Agostinho Neto, de Luiz Cabral e de Ahmed Sékou Touré²³, Fidel Castro evocou o conflito angolano, apresentando a expedição cubana como uma manifestação do «internacionalismo proletário» nos seguintes termos:

22. O próprio facto do contingente comportar uma forte proporção de negros produziu em África um efeito psicológico e político favorável (Lévesque, 1987: 306).

23. Presidentes de Angola, da Guiné-Bissau e da República da Guiné, respetivamente.

«(...) perante a agressão do imperialismo, dos mercenários brancos e dos racistas sul-africanos», Agostinho Neto «não vacilou em solicitar o apoio dos povos revolucionários. Porque o imperialismo é poderoso e nenhum país pequeno como Cuba e como Angola pode, por si mesmo, sem a ajuda de ninguém, resistir à agressão do imperialismo. Existe um campo revolucionário, existe um movimento revolucionário e existe o internacionalismo proletário. E se os imperialistas querem saber o que é o internacionalismo proletário, Angola é um magnífico exemplo» (Castro: 1976a). O líder cubano esforçou-se também por dar do «internacionalismo proletário» e da solidariedade socialista uma imagem generosa e altruísta. «Alguns imperialistas perguntam-se» – afirmou – «por que ajudamos os angolanos, que interesses temos nós lá. Eles estão acostumados a pensar que quando um país faz algo é porque está à procura de petróleo, ou cobre, ou diamantes, ou algum recurso natural. Não! Nós não perseguimos nenhum interesse material e é lógico que os imperialistas não o entendam, porque se guiam por critérios exclusivamente chauvinistas, nacionalistas, egoístas. Estamos a cumprir um elementar dever internacionalista quando ajudamos o povo de Angola! Não procuramos petróleo, não procuramos cobre, não procuramos ferro, não procuramos absolutamente nada. Simplesmente aplicamos uma política de princípios. (...) De modo que, quando os imperialistas se perguntam que interesse temos, teremos de lhes dizer: vejam, leiam um manual de internacionalismo proletário para que possam entender porque estamos ajudando em Angola» (Castro, 1975). Aliás, como salienta García Márquez (1977), essa «vocalização [internacionalista] tem sido evidente – e conflituosa – na América Latina, na África e na Ásia».

A questão é tanto mais importante quanto Fidel Castro persiste em utilizar a expressão «internacionalismo proletário» numa altura em que, em Moscovo, ela cedia lugar à fórmula da «solidariedade internacionalista». Esta inflexão semântica foi oficialmente consagrada em junho de 1976, no documento final adotado numa conferência de partidos comunistas que teve lugar em Berlim. O «internacionalismo proletário» deixara de ser um dever de todo o revolucionário para se converter num simples ato voluntarista. Cuba apresenta-se, portanto, como o último guardião do conceito (Mestiri, 1980: 70). Um «desviacionismo»? De modo nenhum, como esclarece García Márquez (1977) ou, mais corretamente, o regime de Havana: «O espírito internacionalista dos

cubanos é uma virtude histórica. Embora a Revolução o tenha defendido e magnificado de acordo com os princípios do marxismo, a sua essência encontrava-se muito bem estabelecida na conduta e na obra de José Martí²⁴». Este argumento tem o efeito de atribuir um significado original ao conceito e de reconhecer – e legitimar – uma certa autonomia de ação a Cuba. A intervenção cubana em Angola arrastava consigo aquela dimensão simbólica.

Os primeiros frutos da intervenção militar foram colhidos por ocasião do périplo triunfal de quarenta dias que Fidel Castro efetuou em África no início de 1977, que o levou à Líbia, à Somália, à Etiópia, à Tanzânia, a Moçambique, a Angola e à Argélia, países com os quais os laços foram reforçados. Encontrou-se também com líderes revolucionários do Zimbábue, da Namíbia e da África do Sul (Lévesque, 1978: 432). As repercussões do envolvimento em Angola fizeram-se ainda sentir nas Caraíbas, onde vários países manifestaram a Cuba a sua simpatia. Entre estes, cuja população negra é maioritária ou constitui uma acentuada minoria, contavam-se Barbados, a Guiana, a Jamaica e Trindade e Tobago, países que, aliás, haviam estabelecido relações diplomáticas com Havana já em 1973 (Searwar, 1992: 25; Lévesque, 1978: 432). Ao reconquistar, assim, o papel que sempre sonhara desempenhar no Terceiro Mundo (veja-se Connell-Smith, 1979: 18), Fidel Castro conseguia em África o que nunca pudera concretizar na América Latina: exercer um nível de influência sobre a cena mundial muito para além do que a exiguidade da ilha caribenha podia deixar expectar. Esse papel de média potência, desde sempre ambicionado (Domínguez, 1978: 84), viu-se acentuado pela posição que Havana conseguira que lhe fosse reconhecida no seio do Terceiro Mundo (Chaliand, 1984: 74).

No entanto, recorde-se que o objetivo prioritário da política exterior cubana é garantir a sobrevivência do regime revolucionário, o que explica – melhor que as afinidades ideológicas – o estreitamento dos laços com a União Soviética (Domínguez, 1978: 84). E foi em nome deste objetivo que Havana decidiu enviar tropas para o exterior. Após ter verdadeiramente assumido o protagonismo e o essencial dos riscos, Cuba ganhara no campo de batalha um estatuto de aliado da União

24. José Julián Martí Pérez (1853-1895) foi um político republicano, pensador, jornalista, filósofo e poeta cubano, criador do Partido Revolucionário Cubano e organizador da Guerra da Independência de Cuba, também conhecida por «Guerra de 95» ou «Guerra Necessária» (1895-1898). Seria abatido num recontro com tropas espanholas.

Soviética diferente dos outros: o estatuto de parceiro e não de satélite ou de subordinado (D'Encausse, 1986: 56-57). O regime castrista procurava também provar ao Kremlin que era o seu melhor aliado²⁵. E o facto é que era a partir de agora extremamente difícil para Moscovo tanto dispensar a «força de combate» cubana em África como «abandonar» o aliado cubano (Chaliand, 1984: 74). Cuba impunha-se, portanto, à União Soviética como um parceiro excecional, indispensável, que, dispondo desta vantagem, podia permitir-se elevar o nível das suas exigências e da sua participação em certas decisões (D'Encausse, 1986: 53). Enfim, em tudo isto sentia-se um toque de revanchismo: a colaboração com Moscovo em Angola e na política soviética em África constituía, aos olhos de Fidel Castro, como que a credencial de uma eficácia que ele já anteriormente solicitara em vão no quadro das suas ações revolucionárias na América Latina (Lévesque, 1978: 431).

E a verdade é que as relações sovieto-cubanas melhoraram claramente a partir de 1976, tendo o aumento considerável das subvenções soviéticas a Havana sido interpretado como a recompensa pela ação militar cubana em Angola (Klinghoffer, 1980: 118). O Kremlin aceitou incrementar a «ajuda civil» ao seu aliado e reescalonar a sua enorme dívida (Miguez, 1984: 103). No domínio civil, os soviéticos adquiriam o açúcar cubano a um preço três a cinco vezes superior ao que vigorava no mercado mundial, subsidiando também o preço dos produtos petrolíferos fornecidos a Cuba, numa altura em que, curiosamente, Moscovo adotava uma atitude inversa em relação, nomeadamente, aos países da Europa de Leste. O pagamento dos juros e do capital de todos os créditos concedidos a Cuba antes de janeiro de 1973 foi adiado até janeiro de 1986. Os créditos destinados a cobrir os défices da balança comercial de 1973-1975 eram livres de juros, devendo o capital ser igualmente reembolsado apenas a partir de 1986 e até 2010 (Domínguez, 1978: 90). Quanto aos investimentos militares, externos e internos, estavam todos a cargo da União Soviética. Por fim, a transferência de armas soviéticas, avaliada em cerca de 1,5 biliões de dólares durante os anos 60, cresceu drasticamente²⁶. Por sua vez, no plano

25. Cuba era, com efeito, o único país comunista capaz de deslocar importantes forças militares para o exterior e de alcançar os seus objetivos no campo de batalha. Por essa razão, o regime de Havana apresentava-se como o mais fiável aliado militar da União Soviética (Domínguez, 2001: 185).

26. Entre 1982 e 1984, por exemplo, Cuba recebeu da União Soviética 2 biliões de dólares de ajuda militar gratuita (Falk, 1987: 1077).

internacional, o peso de Cuba ampliava-se e a probabilidade de um ataque americano reduzia-se à medida que a aliança sovieto-cubana se reforçava (Domínguez, 1992: 61, 63). Este era um facto tanto mais importante quanto Fidel Castro estava plenamente consciente de que, em caso de invasão do território nacional, Cuba não podia contar senão com as suas próprias forças (Lamore, 1984: 113; Domínguez, 1992: 63; D'Encausse, 1986: 56).

Traído em outubro de 1962, o regime castrista desconfiava profundamente do seu protetor soviético. Mesmo em tempos menos dramáticos que a crise dos mísseis, a União Soviética nunca se revelara um aliado indefetível (Domínguez, 1992: 63), o que explica a tradicional hostilidade de Havana para com o «espírito da *détente*». Fidel Castro estava convicto, com bastante realismo, que um desanuviamento entre os dois blocos não poria necessariamente termo ao confronto que opunha Cuba aos Estados Unidos; ele receava mesmo certos cenários de «negociação global», comportando sempre compensações, que só lhe trariam dificuldades suplementares (Lamore, 1984: 112). Em suma, aos olhos dos cubanos, a *détente* entre as duas superpotências corria o risco de se realizar à sua custa (veja-se Benemelis, 1987: 196-197). É esta desconfiança latente em relação ao aliado soviético do aliado soviético que explica a acumulação pelo regime cubano de meios militares consideráveis, enquanto a intervenção militar no exterior proporcionava às tropas cubanas a experiência necessária à defesa do território nacional (Falk, 1987: 1084).

De tudo o que precede, torna-se evidente que o conflito angolano estava em sintonia com os objetivos políticos tradicionais de Cuba. Sem, com efeito, ameaçar a sobrevivência do regime, a intervenção em Angola aumentou efetivamente a influência de Havana junto dos governos estrangeiros e da «esquerda», promoveu a reprodução de regimes revolucionários e consolidou a aliança com Moscovo (Domínguez, 1978: 98).

A empresa angolana teve também importantes repercussões ao nível interno. A miséria económica endémica atingia cada vez mais pessoas, aumentando exponencialmente o número de cubanos desiludidos com o regime castrista. E se Fidel Castro optou por apresentar o número desmesurado de voluntários para Angola – 800.000 segundo Jorge Risquet (Jaime & Barber, 1999: 346) – como a manifestação da grande solidariedade revolucionária do povo cubano, tal cifra não

reflete menos a extensão da vontade de fugir da miséria... e do regime (Shevchenko, 1985: 354). O episódio angolano permitiu, finalmente, a Castro reacender o fervor revolucionário ao insuflar na população um novo espírito de vitória, ligado ao mito da revolução invencível (Miguez, 1984: 103). Esta realidade foi, aliás, reconhecida por García Márquez nos seguintes termos: «Tudo isso²⁷, à margem das vitórias irreversíveis, mas lentas e árduas, da Revolução, criou nos cubanos uma sensação acumulada de penitências imerecidas. Angola deu-lhes, finalmente, a gratificação da vitória grande de que tanto necessitavam» (García Márquez, 1977).

A questão racial parece também ter pesado notavelmente na decisão de Havana de intervir em Angola. Apesar de todos os esforços desenvolvidos pelo regime revolucionário para levar a efeito a igualdade racial em Cuba, a questão estava longe de estar encerrada. Ainda que a maioria da população seja negra ou tenha as suas raízes em África, não é menos verdade que esta permanece arredada do poder político²⁸. O envio de um contingente para um país africano para lutar contra o regime racista do *apartheid* era, por conseguinte, de molde a aumentar a coesão social do país, reforçando o sentimento de pertença nacional dos negros cubanos. Não foi também por acaso que a operação foi batizada com o nome da «preta Carlota», em homenagem a uma escrava que uma vez levantara o estandarte da revolta²⁹. Este punhado de

27. «Tudo isso» refere-se a «(...) muitos anos de sucessos injustos. Em 1970, quando faliu a safra dos 10 milhões de toneladas de açúcar, Fidel Castro instou o povo a converter a derrota em vitória. Mas, na realidade, os cubanos já faziam isso há demasiado tempo com uma consciência política tenaz e uma fortaleza moral a toda a prova. Desde a vitória de Girón, há mais de 15 anos, tiveram de assimilar com os dentes cerrados o assassinato do *Che* Guevara na Bolívia e o do presidente Salvador Allende no meio da catástrofe do Chile, e sofreram o extermínio das guerrilhas na América Latina e a noite interminável do bloqueio, e a traça recôndita e implacável de tantos erros internos do passado que, num dado momento, os manteve à beira do desastre» (García Márquez, 1977).

28. Com efeito, a elite cubana é quase exclusivamente constituída por descendentes de colonos espanhóis. Na altura, apenas 12 dos 112 membros do Comité Central do Partido Comunista de Cuba eram de origem africana; o Politburo contava apenas 2 negros entre os seus 13 membros e, dos 23 membros do Conselho de Ministros, apenas 4 eram negros. Nas instâncias supremas do poder, a proporção de dirigentes de origem africana não ultrapassava os 7% (Mestiri, 1980: 80). Veja-se também Arrabal (1984: 47-51) e Pisani (1992: 10-11).

29. «Em outro 5 de novembro como aquele, em 1843, uma escrava do engenho Triunvirato da região de Matanzas, a quem chamavam a Negra Carlota, erguera-se com a catana na mão à frente de um grupo de escravos, e morrera na rebelião. Em homenagem a ela, foi dado à ação solidária em Angola o seu nome: Operação Carlota» (García Márquez, 1977).

factos arrasta-nos, pelo contrário, a ver em tudo isto uma preocupação em legitimar e em estabelecer um poder minoritário branco sobre um povo maioritariamente negro.

O discurso oficial refletiu esta preocupação racial do regime castrista. Assim, em 1975, Fidel Castro declarava que a política africana de Cuba se baseava nos princípios do «internacionalismo proletário», mas também no dever de um povo que encontra as suas raízes culturais em África. Sobre a questão africana, afirmou: «Em Girón³⁰ derramou-se sangue africano, o dos abnegados descendentes de um povo que foi escravo antes de ser trabalhador, e foi trabalhador explorado antes de ser dono da sua pátria. E em África, conjuntamente com o dos heroicos combatentes de Angola, derramou-se também sangue cubano, o dos filhos de Martí, Maceo³¹ e Agramonte³², o dos que herdaram o sangue internacionalista de Gómez³³ e do Che Guevara. Os que um dia escravizaram o homem e o enviaram para a América, talvez nunca imaginaram que um desses povos que recebeu os escravos enviaria os seus combatentes para lutar pela liberdade em África» (Castro, 1976b). Pouco tempo depois, o líder cubano refinava o discurso, afirmando que «não somos apenas um país latino-americano mas também um país latino-africano. O sangue africano corre abundantemente nas nossas veias. Foi da África que vieram para o nosso país, como escravos, muitos dos nossos antepassados. E os escravos não se abstiveram de lutar e de combater no exército de libertação da nossa pátria. Nós somos irmãos dos africanos e, pelos africanos, estamos prontos para lutar...» (Mestiri, 1980: 78).

A intervenção em Angola revelou-se compensadora até mesmo no plano económico. Neste domínio, refira-se, desde logo, a «predação»

30. Praia Girón é uma praia e aldeia na margem esquerda da Baía dos Porcos, localizada na província de Matanzas, na costa sul de Cuba. Em Abril de 1961, a Praia Girón foi um dos dois locais de desembarque das forças marítimas de cerca de 1.500 exilados cubanos armados, uma operação apoiada pelos Estados Unidos visando o derrube do regime revolucionário cubano.

31. Antonio de la Caridad Maceo y Grajales (1845-1896), *O Titã de Bronze*, foi tenente-general e vice-comandante das tropas revolucionárias cubanas na «Guerra Necessária». Antonio Maceo foi um dos mais destacados líderes independentistas da segunda metade do século XIX na América Latina.

32. Ignacio Agramonte y Loynáz (1841-1873), *O Maior*, foi um revolucionário e nacionalista cubano que se destacou na «Guerra dos Dez Anos» (1868-1878). Seria morto na batalha de Jimaguayú (11-05-1873).

33. Máximo Gómez y Báez (1836-1905), *O Generalíssimo*, foi major-general na «Guerra dos Dez Anos» e o comandante militar das tropas revolucionárias cubanas na «Guerra Necessária».

dos recursos angolanos³⁴: cerca de 150 empresas industriais dos arredores de Luanda foram desmontadas e depois enviadas para Cuba, destino também de equipamentos radiográficos e cirúrgicos, assim como de outro material médico. Sublinhe-se ainda que centenas de jovens angolanos, atraídos por promessas de «férias» na ilha, foram forçadamente utilizados como mão de obra nas plantações de cana-de-açúcar (Torres, 1983: 91). Por último e não menos importante, mencione-se o enorme esforço financeiro que a manutenção do corpo expedicionário cubano representava para o governo de Luanda³⁵. Face às acusações de mercenarismo suscitadas por esses factos, Raúl Valdéz Vivo, o chefe do Departamento Geral das Relações Exteriores do Comité Central do Partido Comunista de Cuba, empenhou-se em explicar que o estatuto dos soldados cubanos em Angola não era de maneira nenhuma comparável ao dos mercenários³⁶. Seja como for, a fórmula da intervenção no exterior passou a ser, para o regime de Havana, o método privilegiado de ocupar uma população jovem e inativa e de obter importantes meios financeiros³⁷.

Referências Bibliográficas

Arrabal, F. (1984). "Le «nouveau racisme» de Cuba". *Politique Internationale*, nº 25, pp. 47-51.

Barrea, J. (1994). *Théories des Relations Internationales*. 3e éd. Louvain-la-Neuve: Artel.

34. O termo «predação» depressa alastrou em Angola para qualificar a ação cubana no país. Veja-se Carrasco (1997: 262-265).

35. As opiniões divergem quanto aos montantes. René Pélissier (1987: 106) afirma que, em 1984-1985, Angola pagava um total de 700 milhões de dólares ao Governo cubano para manter tropas e cooperantes; Alberto Miguez (1984: 103) estima que o salário dos cooperantes civis e militares era de 600 dólares por mês; W. Martin James (1992: 200) sustenta também este montante para os cooperantes civis, enquanto Eduardo Cintra Torres (1983: 91) o fixa em 1200 dólares por soldado. O pagamento era efetuado, evidentemente, em divisas fortes. Veja-se ainda Benemelis (1987: 265).

36. «O mercenário cobra para matar. O seu negócio é a guerra de agressão e pilhagem. Estaria disposto a mudar de senhor desde que lhe pagassem mais, assim como lhe é indiferente que as moedas sejam dólares ou libras esterlinas. Porém, esses senhores só podem ser quem são: capitalistas, exploradores, opressores, racistas, membros da tribo do dinheiro, aquela que conhece os ritos mais bárbaros de toda a história. O combatente internacionalista oferece a sua vida para que triunfem a liberdade, a justiça e a paz» (Valdéz Vivo, 1976: 172).

37. Entre 1975 e 1990, um total de 300.000 soldados cubanos esteve envolvido em missões militares no estrangeiro, a uma média anual de 30.000 a 50.000 homens (Domínguez, 2001: 185).

- Benemelis, J.F. (1987). *Castro. Subversão e Terrorismo em África*. Póvoa de Santo Adrião: Europress.
- Carrasco, C.A. (1997). *Los Cubanos en Angola. Bases para el Estudio de una Guerra Olvidada (1975-1990)*. La Paz: Centro de Altos Estudios Internacionales.
- Castro, F. (1975). *Discurso Pronunciado por el Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz, Primer Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, en la Clausura del Primer Congreso del Partido Comunista de Cuba, Celebrado en el Teatro "Carlos Marx", el 22 de Diciembre de 1975, "Año del Primer Congreso"*. Online: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1975/esp/c221275e.html>> (referência de 11-04-2013).
- Castro, F. (1976a). *Discurso Pronunciado por Fidel Castro Ruz, Presidente de la República de Cuba, con Motivo de su Visita a la República Democrática de Guinea. Conakry, 15 de Marzo de 1976, "Año del XX Aniversario del Granma"*. Online: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1976/esp/f150376e.html>> (referência de 11-04-2013).
- Castro, F. (1976b). *Discurso Pronunciado por Fidel Castro Ruz, Presidente de la República de Cuba, en el Acto Central por el XV Aniversario de la Victoria de Girón y la Proclamación Socialista de Nuestra Revolución, Celebrado en el Teatro "Carlos Marx", el 19 de Abril de 1976, "Año del XX Aniversario del Granma"*. Online: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1976/esp/f190476e.htm>> (referência de 11-04-2013).
- Chaliand, G. (1984). *L'Enjeu Africain. Géostratégies des Puissances*. Bruxelles: Complexe.
- Connell-Smith, G. (1979). "Castro's Cuba in World Affairs, 1959-79". *World Today*, vol. 35, nº 1, pp. 15-23.
- D'Encausse, H.C. (1986). *Ni Paix, ni Guerre*. Paris: Flammarion.
- Domínguez, J.I. (1978). "Cuban Foreign Policy". *Foreign Affairs*, vol. 57, nº 1, pp. 83-108.
- Domínguez, J.I. (1992). "Pipsqueak Power: The Centrality and Anomaly of Cuba". In: T.G. Weiss & J.G. Blight (eds.), *The Suffering Grass. Superpowers and Regional Conflict in Southern Africa and the Caribbean*. Boulder: Lynne Rienner, pp. 57-78.
- Domínguez, J.I. (2001). "Cuban Foreign Policy and the International System". In: J.S. Tulchin & R.H. Espach (eds.), *Latin America in the New International System*. Boulder: Lynne Rienner, pp. 183-206.
- Duncan, W.R. (1985). *The Soviet Union and Cuba: Interests and Influence*. New York: Praeger.
- Falk, P.S. (1987). "Cuba in Africa". *Foreign Affairs*, vol. 65, nº 5, pp. 1077-1096.
- García Márquez, G. (1977). *Operación Carlota*. Online: <<http://www.granma.cu/espanol/2005/noviembre/juev3/45carlota.html>> (referência de 25-05-2008).

- Garthoff, R.L. (1985). *Détente and Confrontation. American-Soviet Relations From Nixon to Reagan*. Washington: The Brookings Institution.
- Glejjeses, P. (1996). "Havana's Policy in Africa, 1959-76: New Evidence From Cuban Archives". *Cold War International History Project Bulletin*, nº 8-9, pp. 5-18.
- Gunn, G. (1992). "The Legacy of Angola". In: T.G. Weiss & J.G. Blight (eds.). *The Suffering Grass. Superpowers and Regional Conflict in Southern Africa and the Caribbean*. Boulder: Lynne Rienner, pp. 39-54.
- Hershberg, J.G. (1996). "New Evidence on the Cuban Missile Crisis: More Documents From the Russian Archives". *Cold War International History Project Bulletin*, nº 8-9, pp. 270-277.
- Jaime, D.; Barber, H. (org.) (1999). *Angola: Depoimentos para a História Recente, 1950-1976*. [S.l.: s.n.].
- James, W.M. (1992). *A Political History of the Civil War in Angola, 1974-1990*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Katz, M.N. (1990). "The Decline of Soviet Power". *Estratégia*, nº 7, pp. 21-36.
- Kempton, D.R. (1989). *Soviet Strategy Toward Southern Africa. The National Liberation Movement Connection*. New York: Praeger.
- Klinghoffer, A.J. (1980). *The Angolan War. A Study in Soviet Policy in the Third World*. Boulder: Westview.
- Kriegel, A. (1984). *Le Système Communiste Mondial*. Paris: PUF.
- Lamore, J. (1984). "Cuba, la Caraïbe et l'Occident: affrontement ou concertation?". *Politique Internationale*, nº 25, pp. 107-118.
- Lévesque, J. (1978). "La guerre d'Angola et le rôle de Cuba en Afrique". *Études Internationales*, vol. 9, nº 3, pp. 429-434.
- Lévesque, J. (1987). *L'URSS et sa Politique Internationale de Lénine à Gorbatchev*. 2e éd. Paris: Armand Colin.
- Mestiri, E. (1980). *Les Cubains et l'Afrique*. Paris: Karthala.
- Miguez, A. (1984). "Les Cubains en Afrique: mercenaires ou missionnaires?". *Politique Internationale*, nº 25, pp. 97-106.
- Pélissier, R. (1987). "Angola, Mozambique: des guerres interminables et leurs facteurs internes". *Hérodote*, nº 46, pp. 83-107.
- Pisani, F. (1992). "Blessure ouverte au cœur du régime. Cuba confrontée à la question noire". *Le Monde Diplomatique*, septembre, pp. 10-11.
- Porter, B.D. (1988). *The USSR in Third World Conflicts. Soviet Arms and Diplomacy in Local Wars, 1945-1980*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Saivetz, C.R.; Woodby, S. (1985). *Soviet-Third World Relations*. Boulder: Westview.

- Searwar, L. (1992). "The Caribbean Conundrum". In: T.G. Weiss & J.G. Blight (eds.), *The Suffering Grass. Superpowers and Regional Conflict in Southern Africa and the Caribbean*. Boulder: Lynne Rienner, pp. 15-38.
- Shevchenko, A.N. (1985). *Ruptura com Moscovo*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Silva, S.V. (2013). *Poder e Política na África Austral (1974-1989)*. Lisboa: Escolar Editora.
- Somerville, K. (1993). *Southern Africa and the Soviet Union. From Communist International to Commonwealth of Independent States*. London: Macmillan.
- Soppelsa, J. (dir.) (1988). *Lexique de Géopolitique*. Paris: Dalloz.
- Tillema; H.K.; Van Wingen, J.R. (1982). "Law and Power in Military Intervention. Major States After World War II". *International Studies Quarterly*, vol. 26, nº 2, pp. 220-250.
- Torres, E.C. (1983). "Angola: Um Beco com Saída?". *Estudos Africanos*, nº 1, pp. 89-105.
- Valdéz Vivo, R. (1976). *Angola: Fim do Mito dos Mercenários*. Coimbra: Centelha.
- Volsky, G. (1981). "Cuba". In: T.H. Henriksen (ed.), *Communist Powers and Sub-Saharan Africa*. Stanford: Hoover Institute Press, pp. 57-84.
- Walker, S.G. (ed.) (1987). *Role Theory and Foreign Policy Analysis*. Durham: Duke University Press.
- Westad, O.A. (1986). "Moscow and the Angolan Crisis: A New Pattern of Intervention". *Cold War International History Project Bulletin*, nº 8-9, pp. 21-32.
- Windsor, P. (1984). "Superpower Intervention". In: H. Bull (ed.), *Intervention in World Politics*. Oxford: Clarendon Press, pp. 45-65.